

1 COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS

2 REUNIÃO ORDINÁRIA - 18/09/08

3 Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e oito, as quatorze horas e
4 vinte e cinco minutos na sala de reuniões da SESAU, deu-se início, em terceira
5 convocação, a Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite com a presença
6 da Sra. Maria Auri G. Sousa como Presidente substituta, e demais membros: **SESAU:**
7 Astério dos Reis Leão/ Diretoria de Convênios e Fundos; Linvalda Rodrigues H. de
8 Araújo/ Diretoria de Atenção Primária; Ruth Mercês L. N. Paranaguá/ Superintendência
9 de Atenção e Proteção a Saúde; Perciliana Joaquina Bezerra de Carvalho/ Diretoria de
10 Vigilância Epidemiológica; Soraia Roges Jordy Sant'ana/ Diretoria de Gestão de
11 Planejamento e Descentralização da Saúde; **COSEMS:** Maria Sonia Oliveira de Sousa
12 SMS/Miracema; Maria Vani B. S. Nogueira SMS/ Tocantinópolis; Julio César Galvão
13 SMS/ Paraíso; Samara Queiroz Borges Gomes da Costa SMS/ Palmas; Furtunato
14 Soares Barros SMS/ Gurupi. A Sra. Presidente verificou o quorum e a paridade e deu
15 início a reunião como segue: **ITEM 01- Apreciação da Pauta:** Foi lida e apresentados
16 os pedidos de inclusões, exclusões e inversão da Pauta que foram aprovadas por
17 consenso como segue. Sendo assim, o item 02 da pauta foi passado para a próxima
18 reunião e o item 05 para o final da pauta por se tratar apenas de um informe. **ITEM 02**
19 **- Plano de Curso da Habilitação Profissional: Técnico em Análises Clínicas;** A
20 Sra. Márcia Cristina, Coordenadora Geral de cursos da ETSUS iniciou sua
21 apresentação dizendo que o recurso saiu do PROFAPS, que é um Projeto que visa a
22 formação de profissionais na área da saúde de uma forma mais abrangente. O
23 Ministério da Saúde prioriza algumas áreas, e Análises Clínicas e Radiologia são duas
24 áreas prioritárias também para o Estado do TO onde existe uma demanda muito
25 grande. A justificativa é que, os serviços que se dedicam às atividades de Análises
26 Clínicas encontram-se inscritos em diferentes organizações públicas privadas,
27 hospitalares e não hospitalares, possuem diferentes frentes e vem apresentando uma
28 grande expansão quantitativa e qualitativa no Estado do TO. Verifica-se, portanto uma
29 crescente demanda por técnicos de nível médio, uma vez que possui importante
30 número de profissionais de nível médio ou básico que atuam sem formação específica.
31 E que apenas são treinados e orientados pelos responsáveis técnicos de laboratório. A
32 escola pretende oferecer uma turma de Habilitação Técnica em Análise Clínica na
33 modalidade de blocos em período integral, uma semana por mês, suprimindo a demanda
34 na capital e municípios circunvizinhos, e sendo realizado em Palmas. Pretende
35 também descentralizar uma turma para Araguaína e outra para Gurupi, atendendo

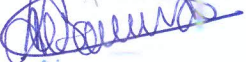




36 assim, a região norte e sul do Estado. Os objetivos do curso são: habilitar e qualificar
37 os profissionais que atuam como auxiliares nos laboratórios da rede SUS, próprios e
38 terceirizados, e aumentar a oferta de mão de obra de Técnicos de Laboratórios de
39 Análises Clínicas. Do total de vagas que serão abertas, 85% vão atender
40 prioritariamente o servidor do Sistema Único de Saúde, e 15% vai atender a
41 comunidade. Pois o TO é diferente de outros Estados que possuem Escolas do SUS,
42 porque existe a dificuldade de mão de obra sendo necessário formar novos técnicos
43 para ocupar novos cargos. A matrícula no curso técnico obedecerá aos seguintes
44 critérios: apresentação do comprovante de aprovação no processo seletivo,
45 apresentação da carta de liberação assinada pelo Secretário Municipal de Saúde,
46 Diretor do Laboratório ou responsável pela unidade de trabalho, e apresentação dos
47 documentos exigidos em edital. O curso é formado por três módulos sendo: módulo I,
48 o núcleo básico da formação técnica na área da saúde; módulo II que é específico,
49 onde os alunos vão ter a oportunidade de fazer as áreas de introdução das práticas
50 laboratoriais I, II e processos de trabalho; e módulo III que é o Estágio, também
51 dividido em três fases. A Sra. Márcia informou que são 40 (quarenta) vagas para
52 Gurupi, 40 (quarenta) vagas para Araguaina e 40 (quarenta) vagas para Palmas, mas
53 que 85% dessas vagas são para servidores do SUS. O item foi aprovado por
54 consenso. **ITEM 03 – Plano de Curso da Habilitação Profissional: Técnico em**
55 **Radiologia;** A Sra. Márcia Cristina disse que de acordo com dados da
56 Superintendência de Atenção e Promoção a Saúde, o TO possui 42 equipamentos de
57 raios-x nas unidades hospitalares de alta e média complexidade e unidades de médio
58 porte, e que analisando os dados citados, o número de profissionais técnicos de
59 radiologia no Estado está muito aquém do ideal e representa uma necessidade
60 urgente da formação de profissionais habilitados nesta área para atender os serviços
61 já existentes, bem como, os serviços a serem implantados. O Curso Técnico em
62 Radiologia também será oferecido nos três pólos: Araguaina, Gurupi e Palmas, sendo
63 85% das vagas para o SUS e 15% da comunidade. Sendo também trabalhado em três
64 módulos: o módulo I é básico para todos os cursos; o módulo II está dividido em
65 sustentação, prevenção e segurança no trabalho com fundamentos no rádio
66 diagnóstico; e módulo III estágio dividido em Raios-X odontológico e tomografia,
67 ressonância magnética, radioterapia e medicina nuclear, e densitometria óssea e
68 mamografia. A Sra. Márcia falou que após a aprovação, o projeto dos dois cursos será
69 mandado para o Ministério da Saúde e que não começarão este ano, mas que o outro
70 curso de radiologia executado pela Portaria n 1.996, em parceria com o DGES e já

71 apresentado na CIB, em breve será lançado o edital. Disse ainda que 100% das vagas
72 dele são para o SUS. Foi aprovado por consenso. **ITEM 04 – Mudança no nome do**
73 **Colegiado de Tocantinópolis para Região de Saúde Portal do Bico, e do**
74 **Colegiado de Gurupi para Região de Saúde Centro-Sul:** A Sra. Soraia, Diretora de
75 Gestão de Planejamento e Descentralização da Saúde, disse que a solicitação diz
76 respeito à mudança nos nomes dos colegiados, onde o Colegiado de Tocantinópolis
77 passará a ser chamado de Região de Saúde Portal do Bico e o Colegiado de Gurupi
78 passa a ter o nome de Região de Saúde Centro-Sul. Acrescentou ainda que os dois
79 colegiados que ainda não alteraram o nome foram os de Miracema e Porto Nacional.
80 Foi aprovado por consenso. **ITEM 05 – Implantação do Núcleo de Apoio a Saúde da**
81 **Família- NASF no município de Araguaina-TO e no município de Paraíso:** A Sra.
82 Linvalda, Diretora de Atenção Primária, afirmou que os municípios de Araguaina e
83 Paraíso encontram-se de acordo com os critérios de elegibilidade, apresentaram todos
84 os documentos necessários e não possuem nenhuma pendência, portanto, estão
85 aptos para a implantação do Núcleo de Apoio a Saúde da Família. Foi aprovado por
86 consenso. **ITEM 06 – Plano de Ação das Vigilâncias Sanitárias dos Municípios de**
87 **Muricilândia e Pau D'arco ;** A Sra. Ruth Mercês, Superintendente de Atenção e
88 Proteção a Saúde disse que segundo informações do Sr. Ullannes, os municípios já
89 estão elaborando os Planos com a ajuda da Vigilância Sanitária. Solicitou aprovação
90 da mesa, que foi aprovado por consenso. A Sra. Auri reforçou que sairá uma resolução
91 aprovando o Plano. **ITEM 07 – Informes; 7.1 Pactuação dos Serviços de Media e**
92 **Alta Complexidade entre o Estado do TO e Mato Grosso:** A Sra. Auri informou que
93 a reunião foi feita dia 02 de setembro em São Felix do Araguaia, onde foi assinado o
94 termo e que já está no Ministério para ser publicado. Informou também que não houve
95 impacto financeiro, pois foi somente uma troca de serviços entre os dois Estados.
96 **ITEM 7.2 – Mudança na data da Reunião da CIB:** A Sra. Auri solicitou que a reunião
97 CIB do dia 23 de outubro fosse antecipada para o dia 16, em virtude de estar
98 acontecendo a elaboração de uma oficina da construção de redes. Solicitou ao
99 COSEMS a antecipação da reunião. E todos concordaram. **ITEM 7.3 –**
100 **Videoconferência:** A Sra. Cirilucia, Secretária Executiva da CIB, informou no dia 16
101 no período da tarde a programado era para ter duas oficinas preparatórias e mais 2
102 (duas) horas de videoconferência. O Secretário esteve presente, fez a abertura, e
103 participou do processo. Houve um problema nos aparelhos e a videoconferência
104 acabou não acontecendo, sendo retomada em data oportuna. Mas que as oficinas
105 aconteceram durante toda tarde e que dentre os presentes estavam o Sr. Astério, o Sr.

106 Julio e a Sra. Samara. **ITEM 7.4 – Cirurgias Eletivas:** O Sr. Furtunato alegou ter sido
107 informado pelo hospital sobre a redução do numero de cirurgias eletivas e que isso
108 aconteceu em função de algumas discussões internas e também por falta de material.
109 Afirmou que na região sul há um numero muito grande de cirurgias para serem feitas e
110 que é difícil achar um medico disponível que faça o trabalho somente pelo que o SUS
111 repassa. A Sra. Auri se explica dizendo que não sabe o que realmente aconteceu no
112 município de Gurupi, e que nesta semana foi encaminhado um informe aos hospitais
113 que estavam tendo muitos critérios no momento de autorizar as cirurgias, em função
114 do estoque de sangue que se encontra abaixo de 50%. Como o público doador é alvo
115 justamente da vacina de rubéola e o estoque não foi suprido com a campanha de
116 doação de sangue, é preciso esperar o ciclo da vacina de 15 dias para retomar
117 novamente a coleta de sangue. E que por volta de 15 a 20 dias a situação se
118 regulariza e as cirurgias voltam normalmente. **ITEM 7.5 – Dianópolis:** A Sra. Samara
119 informou que, segundo a representante do município de Dianópolis, foi prometida a
120 instalação de um mamógrafo em novembro de 2007 e que até a presente data não foi
121 instalado. A Sra. Auri justifica que o mamógrafo não foi instalado, pois está faltando
122 cadeiras, mesas e revisão do equipamento que esta faltando uma peça. Falou que o
123 Secretário está cobrando a implantação do mamógrafo, mas é preciso aguardar a
124 entrega dos equipamentos que estão faltando para começar a funcionar. A Sra.
125 Samara questionou também quanto a questão da infra-estrutura do hospital que está
126 bem precária, que está sendo solicitado pelo menos a reforma do teto do hospital, que
127 e mais urgente. A Sra. Auri esclareceu que a reforma já está no orçamento, mas que
128 será feita por etapas. **ITEM 7.6 – Relatório de Gestão:** A Sra. Soraia falou da
129 dificuldade que tem na entrega do relatório de gestão pelos municípios. E que até hoje
130 tem município que não entregou o relatório 2006-2007. Falou da importância do
131 Relatório, sendo um documento de Gestão e Auditoria. Preocupada com essa
132 situação, quer propor aos municípios a fazer uma oficina de construção de Relatório de
133 Gestão, a partir da programação anual. Pretende agregar junto às reuniões do
134 colegiado ficando mais um dia pra trabalhar somente sobre Instrumento de Gestão.
135 Perguntou se isso é viável ou não a todos. A Sra. Vani disse que essa proposta é mais
136 proveitosa do que tirar os 139 municípios para vir a Palmas, que será bem mais fácil e
137 o aprendizado bem melhor. A Sra. Soraia disse que vai mandar um ofício pedindo para
138 que os municípios comecem a fazer um levantamento de seus dados para a reunião
139 do colegiado. **ITEM 7.7 – Vigilância em Saúde:** A Sra. Ruth Mercês disse que essa
140 semana de 15 a 19 vai ser realizada com todos os municípios do Estado, a

141 programação das ações de vigilância, tanto para 2008^o como para o ano de 2009. Isso
142 aconteceu porque como o Estado aderiu ao Pacto pela Saúde ano passado, a SVS
143 não negociou pactuação dentro do pacto, e quando foi em janeiro para Pactuação da
144 apresentação dos indicadores 2008 na Tripartite, o COSEMS e o CONASS disse que
145 já haviam muitos indicadores. Foi uma negociação longa, até que em junho em uma
146 Câmara Técnica, conseguiu discutir uma pauta, houve um consenso e a Tripartite
147 aceitou. A proposta do Estado de 2008 foi apresentada na CIB em julho, mas poderá
148 ser modificada agora com a programação dos municípios. Em outubro será
149 apresentado a de 2009, mas já terá a programação dos municípios. O que está sendo
150 falado aos municípios é que essa Pactuação é muito delicada nesse momento, porque
151 muitas das ações que estão sendo programadas agora para executar em 2009, as
152 pessoas que estavam fazendo isso já não estarão mais na execução. Pediu um
153 consenso e uma maior discussão, pois depois poderá gerar problemas, pois o ano que
154 vem outra equipe assume. Informou que o TO inovou sendo o primeiro Estado no
155 Brasil que tem uma Pactuação on-line onde o município pode acompanhar. Falou
156 também sobre a campanha de rubéola, que infelizmente de 139 municípios, apenas 02
157 alcançaram a meta, que foram Gurupi e Araguaína. Parabenizou os municípios no
158 momento. **ITEM 7.8 – Portaria n 1.861 de 04 de setembro de 2008:** A Sra. Linvalda
159 disse que a portaria estabelece recursos financeiros para os municípios com Equipes
160 de Saúde da Família priorizados a partir do índice de desenvolvimento da educação
161 básica, que aderirem ao Programa Saúde da Escola. O PSE é o Programa Saúde da
162 Escola, que já tem Decreto assinado pelo Presidente, juntamente com os Ministros da
163 Educação e Saúde. Informou que na Portaria não consta o valor, apenas que vai ser
164 um componente do PAB variável, fundo a fundo para os municípios selecionados. Os
165 municípios que aderirem à proposta serão cadastrados pelo CNES do mesmo jeito que
166 é cadastrado o número das Equipes de Saúde da Família. Os critérios que os dois
167 Ministérios escolheram conjuntamente para definir esses municípios foram: os
168 municípios com índice de desenvolvimento de educação básica menor que 2,6 nos
169 anos iniciais de ensino fundamental e que tivessem cobertura de 100% populacional
170 por equipes de saúde da família na competência financeira de abril de 2008;
171 municípios que possuíssem em seu território escolas participantes do programa mais
172 educação, considerando somente as escolas específicas neste programa, que é o
173 caso de Palmas; e os municípios que atendem os critérios estabelecidos nos incisos I
174 e II desse artigo, considerando a cobertura populacional da equipe de saúde da família
175 na competência abril de 2008. Explicou que o artigo III estabelece 90(noventa) dias a

176 partir da data de publicação dessa Portaria, para a adesão. Os municípios
177 selecionados para participarem desse programa têm até o dia 04 de outubro para
178 mandar pelo menos a manifestação de interesse ao programa. Todos os municípios já
179 foram informados, e o prazo máximo é até a semana que vem, pois ainda é preciso
180 preparar a documentação para enviar para o Ministério da Saúde. Os Gestores
181 Municipais terão que compor um grupo intersetorial que inclua representantes tanto
182 da Secretaria de Estado da Saúde como da Secretaria da Educação para trabalhar
183 toda programação que será feita dentro das escolas. A Secretaria Municipal de Saúde
184 terá que apresentar um Projeto ao Conselho Municipal de Saúde, tendo também que
185 fazer um trabalho juntamente com a Secretaria de Educação. O grupo intersetorial terá
186 que elaborar o termo de adesão do programa saúde na escola, conforme modelo que
187 tem na portaria, e os Secretários Municipais de Saúde e Educação firmarão o termo de
188 adesão e encaminharão juntamente com este Projeto aos colegiados gestores onde
189 houver ou Comissão Intergestores Bipartite, sendo o mesmo processo para
190 implantação NASF, ESF e ESB, após isso a CIB homologa e encaminha a resolução
191 para o Ministério da Saúde. Os municípios selecionados são: Bandeirantes do TO,
192 Centenário, Colméia, Ipueiras, Lagoa do TO, Palmeira do TO, Pindorama, Praia Norte,
193 Sampaio, Santa Rita do TO, Santa Maria e Sítio Novo do TO. Disse que o município de
194 Palmas entra nesse programa Mais Educação onde tem a possibilidade de trabalhar
195 com oito equipes que poderão estar atuando dentro do programa saúde na escola.
196 Informou que o anexo deverá ser encaminhado para a Secretaria Estadual da Saúde.
197 A Sra. Soraia lembrou a todos do ofício enviado aos municípios que não entregaram
198 alguns instrumentos de Gestão, que ainda estão pendentes no repasse. Que está
199 tentando fazer com que esses municípios entreguem esses documentos atrasados que
200 são documentos relativos a Planos Municipais de Saúde e Relatórios Municipais de
201 Gestão. Franqueada a palavra e não havendo nada mais a tratar, declarou-se
202 encerrada a reunião às quinze horas e vinte minutos. E para constar foi lavrada a
203 presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, e
204 pelos demais membros presentes, nesta reunião.

205 
206 
207 
208 
209 
210 